

Vinhos, Turismo e Pluriatividade na Agricultura

Revista Rosa dos Ventos
5(2) 218-227, abril-jun, 2013

© O(s) Autor(es) 2013

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Hernanda Tonini¹

RESUMO

A gastronomia, além da sua importante relação com a economia, é expressiva da cultura dos indivíduos, desde o tipo de alimentos cultivados no local, até a maneira de seu preparo e consumo. O presente artigo analisa a relação entre o enoturismo – centralizado no vinho enquanto elemento gastronômico – e o fenômeno da pluriatividade na agricultura familiar, vista nos últimos anos como alternativa positiva para sua reprodução econômica e social. Para tal análise, foi realizada revisão bibliográfica, relacionando enoturismo e pluriatividade na agricultura. O fluxo turístico em regiões vitivinícolas gera novas oportunidades de trabalho e faz com que agricultores e suas famílias dividam a mão de obra agrícola, até então direcionada ao cultivo da uva e outros alimentos *para* subsistência, com atividades não agrícolas – como o artesanato, o acolhimento de visitantes em pousadas, a atuação em restaurantes, entre outras – como *chance* de subsistência. Este panorama transforma as realidades do mundo rural, alterando a relação do agricultor com a produção de alimentos e a forma como o mesmo os utiliza, além de reestruturar o ambiente sociocultural no seu entorno.

Palavras-chave: Enoturismo.
Gastronomia. Agricultura familiar.
Pluriatividade.

ABSTRACT

Wine, tourism and agriculture pluriactivity - Besides being an important part of economy, gastronomy also serves as an expression of local culture. This ranges from the type of food grown in the area, to the way it is prepared and consumed. This article aims to analyze the relation between wine tourism - centered on the wine as culinary element - and the pluriactivity phenomenon of familiar agriculture, seen in recent years as a positive alternative for its economic and social continuity. A bibliographic review was carried out for this analysis, relating wine tourism and pluriactivity in agriculture. The touristic flow in wine regions creates new work opportunities and encourages farmers and their families share the farm labour. Previously this was directed to the cultivation of grapes and other food for subsistence, with non-agricultural activities - like crafts,

Keywords: Wine Tourism.
Gastronomy. Familiar agriculture.
Pluriactivity.

¹ Bacharel em Turismo (UNISUL), Mestre em Turismo (UCS). Docente do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/campus Restinga.

accomodation visitors, restaurant work etc - as a chance for survival. This panorama transforms the reality of the rural life, changing the relationship of the farmer with food production and the way it is used, as well as restructuring the social and cultural environment around it.

INTRODUÇÃO

Ao apropriar-se de diferentes elementos, utilizando-os como atrativos, o turismo gera transformações na sociedade, o que o caracteriza como um fenômeno sociocultural, para além de um processo econômico. A atividade turística pode – em muitos casos – não ser o principal agente transformador, mas a partir de determinados contextos que resultam na existência de um fluxo turístico, torna-se complexo identificar onde residiria a causa para uma série de efeitos. Isto pode ser verificado quando o turismo associa-se a elementos gastronômicos, pois alimentar-se faz parte das necessidades básicas humanas. No entanto, ao promover a comercialização de pratos locais, a relação do indivíduo com a comida é alterada, pois os mesmos deixam de ser vistos apenas como elementos culturais, tornando-se mercadorias passíveis de receberem valor monetário. Tais transformações podem ser percebidas também quando a atividade turística ocorre em área rural, cuja essência está distante da prestação de serviços direto ao consumidor; o *interior*, a *colônia*, a *roça* – termos utilizados para designar espaços ausentes ou com baixa presença de características urbanas – está em constante modificação e, nos últimos anos, aproxima-se cada vez mais da *cidade*, devido ao contexto socioeconômico atual, resultado de uma série histórica da relação com o rural. Conforme expressa Graziano da Silva (2002), este é o ‘novo rural’, representado pelas suas novas funções! A *colônia* é vista hoje como um espaço de lazer, de tranquilidade, mas o trabalho no local ainda se mostra desvalorizado perante as oportunidades aportadas na *cidade*, o que faz com que o interesse de agricultores em permanecer na área rural continue reduzindo.

A proposta deste artigo é refletir acerca da existência do turismo no espaço rural, mais precisamente analisando a relação dos vinhos e o turismo – o que caracteriza o chamado enoturismo – e a forma como agricultores ligados à vitivinicultura percebem na atividade turística uma nova opção de renda, resultando em novas frentes de trabalho não agrícolas, caracterizando a pluriatividade. O resultado do estudo foi obtido através de revisão bibliográfica, permitindo as considerações sobre a relação enoturismo e pluriatividade. Este processo, ao mesmo tempo em que renova e valoriza o espaço rural, cria uma série de desafios acerca da reprodução sociocultural dos agricultores familiares.

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar vem se constituindo, nos últimos anos, como uma forma de expressão daqueles que dependem do trabalho da família para desenvolver a produção em propriedades agrícolas. Embora em constante discussão, a partir do momento em que é aceita a existência do termo referindo-se a uma categoria, está implícita a aceitação da existência deste importante ator social: o agricultor familiar. A partir de estudos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA, 1995) identificou-se a divisão da agricultura em modelo patronal e familiar, e o estabelecimento do Programa Nacional de Produção Familiar (PRONAF) no Brasil confirmou a existência dessas categorias, cuja definição perpassa o âmbito operacional – como é o caso da aplicação das políticas e programas públicos – e acadêmico. Como não é objetivo

deste artigo discorrer acerca de tais conceitos, tomou-se por base que a agricultura familiar é caracterizada pela mão de obra predominantemente familiar na propriedade, satisfazendo as próprias necessidades e obtendo lucro na comercialização (Chayanov, 1974; Lamarche, 1998; Brasil, 1996).

Juntamente com a conceituação da agricultura familiar, inúmeras situações e realidades passaram a ser analisadas, percebendo-se seu envolvimento com a economia, a sociedade, a política, entre outros aspectos. A forma como a área rural está representada para a sociedade foi se transformando e as pessoas que fazem parte do *mundo do campo*, também. O processo de trocas com o *mundo urbano* possibilita uma hibridização cultural e, conseqüentemente, altera padrões e costumes vigentes. Um destes padrões diz respeito ao tipo de trabalho desenvolvido no espaço rural, inicialmente orientado apenas para produção de alimentos para a família e, na seqüência, para comercialização do excedente. Assim, a área rural era vista como responsável por fornecer alimentos para a população urbana. Com as transformações socioeconômicas, o espaço rural deixa de ser visto apenas como produtor de alimentos, mas também como acolhedor daqueles que buscam lazer, tranquilidade e um estilo de vida diferente do urbano.

Esse interesse crescente pelo rural como local de lazer modifica o modelo de trabalho vigente, que acaba por se direcionar para o atendimento e recepção de visitantes na propriedade, entre outras atividades relacionadas. Este deslocamento é uma das características essenciais do turismo rural, no qual os turistas buscam atrativos que satisfaçam seus interesses nos momentos em que não estão envolvidos com a rotina do meio urbano. Paralelamente, os proprietários de terras vislumbram a melhoria de renda com a realização de outras atividades, além da produção agrícola. Ao buscar sua sobrevivência e sua reprodução social, o agricultor e sua família incorporam atividades não-agrícolas na propriedade ou ainda passam a realizá-las fora dela. Este processo abre as portas da fazenda para a pluriatividade, fenômeno há décadas analisado na Europa e, no Brasil, apenas a partir da década de 1990 que a temática passa a ser pesquisada.

A realização de atividades no intuito de gerar novos rendimentos – que podem ocorrer tanto na propriedade como externamente – é o que Anjos (2003) caracteriza como pluriatividade. Atividades que aproveitam a estrutura da propriedade, como o turismo rural, a agroindústria, o artesanato, são algumas das possibilidades citadas pelo autor, que pontua ainda que este processo é resultante da reestruturação do modelo de produção capitalista. Schneider (2005), Graziano da Silva e del Grossi (1998) também consideram que pluriatividade é a combinação de múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, dentro ou fora da propriedade rural. Segundo Kageyama (2001), a pluriatividade significa a redução do peso das atividades agrícolas no trabalho e na renda das famílias, dando espaço aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas. Chayanov (1974) acredita que o recurso às atividades não-agrícolas é uma estratégia familiar ao analisar as situações da unidade produtiva agrícola, o que expressa a racionalidade de suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução. Compartilhando a visão de Chayanov, Schneider (2005) acredita que este fenômeno é uma estratégia da família rural, que opta ou não por acionar este mecanismo; para Kageyama (1998) está é uma forma de viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar, permitindo sua fixação no campo e aumentando sua renda.

É através desta estratégia com relação à força de trabalho dos indivíduos que muitas famílias conseguem permanecer na área rural, visto que a função da produção rural se transforma. A partir disso, Graziano da Silva e Del Grossi (1998) analisam que, cada vez mais, a agricultura se

torna uma atividade de tempo parcial, pois no contexto brasileiro, não se mostraria suficiente para geração de renda das famílias agricultoras. Com isso, a estrutura do trabalho familiar também é alterada, existindo uma subdivisão que envolve o trabalho agrícola e o não agrícola – e cada um deles exige demandas e habilidades diferentes. Conforme aponta Carneiro (2002), “a organização social e econômica de unidades familiares especializadas na agricultura dá lugar a organizações pluriativas baseadas na inserção plural dos indivíduos no mercado de trabalho” (p.226). Dentre os principais motivos para o crescimento da pluriatividade no Brasil, Schneider (2005) destaca a modernização tecnológica e a individualização da agricultura, a queda da renda agrícola, as políticas de estímulo às atividades não agrícolas para aumentar emprego e conter o êxodo, as mudanças no mercado de trabalho. O elemento renda também foi identificado nos estudos de Chayanov (1974), pois ao não encontrar trabalho com bons rendimentos na propriedade, a mão de obra familiar se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas, no intuito de obter aumento na renda e assim atingir um equilíbrio econômico para as necessidades da família. Segundo Graziano da Silva (2002), com as transformações das relações entre rural e urbano, o espaço rural passa a demonstrar novas funções, dentre elas: dar moradia ao segmento crescente da classe média alta; desenvolver atividades de preservação e conservação (função ambiental e social); abrigar o conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural; propiciar lazer. É a partir dessa ideia do *novo rural*, de sua valorização, que a atividade turística se fortalece e desenvolve segmentos diferenciados, como é o caso do turismo.

Mas qual será o resultado em caso de um desequilíbrio entre atividades agrícolas e não agrícolas, reduzindo a mão de obra aplicada na produção de alimentos?

Estudo de Veiga (2004) analisou ideia de Lefebvre, desenvolvida em 1970, acerca da completa urbanização, visto a transformação do meio rural e sua incorporação pelas características urbanas. Analisou, também, o renascimento do rural, elaborado por Kayser em 1972. Na sua visão, nem uma nem outra estão corretas, pois o que pode ser percebido na atualidade é que a partir do triunfo da urbanização existe, paralelamente, uma valorização acerca do rural, ocasionando, assim, o nascimento de um novo rural, o que vai ao encontro da concepção de Graziano da Silva (2002). Ribeiro e da Silva (2006) ressaltam que para além de fomentar as ocupações não agrícolas, mantendo seu crescimento, é mais importante dar a essas atividades um caráter mais ordenado, com melhoras reais no campo socioeconômico e ambiental. Do contrário, as novas implicações no rural brasileiro podem reproduzir muitas mazelas ao invés de estimular o desenvolvimento. Seguindo a linha dos impactos, Froehlich (2002) chama atenção para esta explosão de atividades não agrícolas aliadas ao desenvolvimento rural, pois este processo pode, muitas vezes, obrigar agricultores familiares a adaptar-se a novas situações sociais de intervenção exógena.

Com a pluriatividade, alguns benefícios tornam-se visíveis: elevação da renda familiar, estabilização da renda face à sazonalidade da agricultura, a diversificação das fontes de ingresso, geração de emprego, redução do êxodo rural, o estímulo a mercados locais, estímulo a mudança nas relações de gênero e poder, mudança do sentido da terra e do rural. O aumento dos rendimentos, a partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, possibilita maior poder aquisitivo e, conseqüentemente, maior consumo, como aponta Schneider (2005). Este consumo ocasiona alteração também no padrão alimentar dos agricultores, visto que o tempo dedicado à produção agrícola se reduz, assim como a quantidade de alimentos disponível. O cultivo é direcionado essencialmente à comercialização e não mais para a subsistência, o que resulta na demanda por alimentos externos à propriedade. Onde antes existia a criação de animais e a lavoura de diversos grãos e hortaliças,

passa a existir o monocultivo e a necessidade de complementar as refeições com alimentos comprados (carnes, grãos, ovos, hortaliças, entre outros).

A importância da inserção de atividades não agrícolas é tamanha que estão surgindo políticas públicas de fomento neste sentido, como é o caso do turismo em área rural. Desde 2003 existe uma linha de crédito do governo federal (atualmente é o PRONAF Agroindústria) que objetiva apoiar os agricultores familiares que pretendem desenvolver atividades turísticas nas propriedades até então exclusivamente agrícolas (Brasil, 2012). Craik alerta (*apud* Hall, Johnson & Mitchell, 2004):

Os governantes estão adotando o turismo como a indústria do futuro e esperando que os benefícios excedam os custos. A realidade é que, quanto mais o turismo faz parte das estratégias econômicas locais, regionais e nacionais, a variação e o grau dos impactos também aumentam. Inevitavelmente, mudanças atribuídas ao – ou que coincidem com – desenvolvimento do turismo estão crescendo e se tornando mais intensas. Além disso, este fenômeno transforma as particularidades, a cultura e o estilo de vida das destinações (p.199).

O desenvolvimento do Turismo em áreas rurais no Brasil não se deu de forma automática, mas resultou das necessidades dos agricultores, que convivem com a baixa valorização do trabalho no campo e, conseqüentemente, as dificuldades econômicas. Assim, agricultores aos poucos se adaptam às novas condições de trabalho no campo, moldando também as características socioculturais da ruralidade.

ENOTURISMO

A discussão sobre a agricultura familiar não remete apenas a questões econômicas; ao analisar o contexto da produção rural familiar está intrínseco um modo de vida particular, com características sociais e culturais específicas, cuja identidade vem sendo revelada nos últimos anos. Tal forma de viver está chamando a atenção não apenas de estudiosos e pesquisadores, mas principalmente de pessoas da área urbana que buscam opção à vida nos centros urbanos. Esta procura está associada à proposta do novo rural brasileiro, de Graziano da Silva (2002), na qual os indivíduos procuram o espaço rural para moradia e, também, como local de lazer.

As atividades relacionadas com o turismo rural beneficiam as famílias através do complemento da renda e favorecem a valorização do espaço rural, modificando alguns conceitos relacionados com o mesmo – como a ideia de atraso – por novos valores que refletem de forma mais real as características do campo. O desenvolvimento do turismo rural é importante no viés econômico, pois pode apresentar uma opção de diversificação, visando ao incremento da economia regional como gerador de renda. Pelas suas particularidades, a área rural possui um grande potencial turístico, baseado principalmente no patrimônio cultural e natural. Além de oportunizar melhoria na renda do produtor rural, o Turismo promove a melhoria da qualidade de vida, reduz o êxodo rural, valoriza o potencial turístico e agrícola e estimula a preservação do meio rural e da cultura regional. Uma das formas deste patrimônio cultural diz respeito aos hábitos alimentares da população rural, ou seja, a gastronomia, que envolve comidas e bebidas e a forma como são preparados e consumidos por determinado grupo. O agricultor familiar, historicamente, é responsável não apenas por preparar suas refeições, mas também por cultivar seu próprio alimento e o do outro. Nos últimos anos este processo tem atraído muitas pessoas e a gastronomia dos agricultores passou a ser valorizada, tanto em seu conteúdo nutricional, como principalmente cultural.

Através da realização de atividades de lazer em espaço rural, muitos segmentos podem ser trabalhados, de acordo com o contexto em que pode inserir-se e os atrativos potenciais. Um dos segmentos que envolve a prática turística em área rural é o enoturismo, caracterizado pela realização de atividades de cunho turístico que envolvam o interesse por vinhos. Somados a este fator, está o conhecimento sobre o processo de fabricação da bebida e sua degustação, juntamente com as características da região produtora: sua gastronomia, seu modo de viver, sua paisagem, entre outros. Dubrule (2007) define o enoturismo como 'a arte de viver', pois é uma atividade repleta de prazeres, integrando o vinho com todos os produtos e serviços resultantes da junção entre a produção vinícola e o turismo, favorecidos pelo entorno com belas paisagens. De forma ampla, Beames (2003) afirma que o enoturismo:

[...] não é apenas o incremento das vendas no varejo. Refere-se a toda experiência para o turista, cercado pelo vinho e pela gastronomia, conhecendo o gosto do vinho e de outros produtos locais, visitando atrações locais, realizando esportes e outras atividades de lazer, encontrando pessoas da comunidade e saboreando a atmosfera rural (p.209).

O autor acrescenta, ainda, o fato de que todos envolvidos são responsáveis pela experiência enoturística, sejam empresários, restaurantes, meios de hospedagem, vinícolas e organizações locais. Lignon-Darmaillac (2009) defende que o enoturismo é um 'turismo de *terroir*', pois a atividade turística está diretamente associada a cada região produtora, ou seja, ligada ao território e suas características: seus elementos identitários como as paisagens culturais, o *savoir-faire*, a história, suas pessoas e seus produtos. Para o desenvolvimento do enoturismo considerando-se o *terroir*, é preciso respeitar as especificidades trabalhando em busca da qualidade dos serviços turísticos e o cuidado com o meio ambiente, garantindo uma proteção e um atestado de qualidade, justificando os deslocamentos para estas regiões. O vinho está presente no cotidiano dos indivíduos desde a Antiguidade, retratado nas pinturas egípcias, nos festivais dionisíacos gregos, nos bacanais romanos. Seu significado enquanto elemento religioso é percebido até hoje, durante a celebração de missas católicas, e seu valor econômico é responsável pela sobrevivência de muitas famílias por todo o mundo, pois com a expansão do domínio europeu, o cultivo da uva e produção de vinhos foi migrando juntamente, pois acima de tudo este era um elemento identitário.

Ao pesquisar sobre a relação do ser humano com o vinho no Vale dos Vinhedos (RS), Lavandoski *et al* (2012) identificaram que logo após a vinda dos imigrantes italianos, no século XIX, o vinho teve função inicial como sustento, tornando-se um elemento que reforçava a identidade local através da memória coletiva. Aos poucos foi transformando-se em bem de consumo, tanto pelo seu poder econômico e, mais recentemente, como atrativo turístico através do desenvolvimento do enoturismo pelos agricultores – ou ex agricultores – da região. Na Europa, nas regiões italiana e francesa, o Turismo praticado em área rural é visto como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social, com forte apelo para a proteção do espaço em que ocorre. No caso do enoturismo, esse espaço compreende o patrimônio vitivinícola, a herança recebida pelas gerações passadas representada pela arquitetura, as paisagens com vinhedos, a gastronomia e a qualidade dos vinhos produzidos. Essa relação com o patrimônio caracteriza o aspecto cultural do enoturismo, que convida o visitante a descobrir as histórias, as tradições e o conhecimento da comunidade visitada. Em muitas vinícolas são realizados concertos e exposições de artes, visitas a museus do vinho e bibliotecas, entre outras atividades.

No que se refere a pluriatividade, se, de um lado estão os turistas em busca por experiências nas regiões vitivinícolas, de outro estão os agricultores, responsáveis pelas primeiras etapas para que o enoturismo ocorra: a produção de uvas. Conforme já apontado, a necessidade de realizar outras atividades além da produção agrícola é resultado do baixo rendimento

econômico que esta produz, o qual nas últimas décadas, no Brasil, apresenta-se como insuficiente para sustentar uma família no campo. A estratégia da pluriatividade também é identificada com a produção de uvas e o recebimento de visitantes, visto que esta união oportuniza a realização de atividades não agrícolas utilizando os recursos que a propriedade até então agrícola possui. O crescimento do fluxo de visitantes para regiões enoturísticas gera demandas não relacionadas à agricultura. Com isso, o agricultor e sua família podem estar envolvidos com muitas outras atividades necessárias em um local turístico, tanto do ponto de vista da oferta de atrativos quanto de serviços. A porta principal da relação da pluriatividade na agricultura com o enoturismo diz respeito à fabricação do vinho, pois o agricultor torna-se um empreendedor, assumindo função diferente daquela desempenhada anteriormente, destinando assim apenas uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas (Graziano da Silva, 2002).

Além do contato com os processos industriais vinculados à elaboração do vinho, o agricultor tem que administrar o novo negócio que contribui para a renda familiar. Sob a égide de incrementar os rendimentos, realizar vendas diretas ao consumidor é a próxima etapa, sucedida pelo início da prestação de serviços. Tais serviços envolvem as formas de atrair os visitantes, o que proporciona uma série de atividades não agrícolas: passeios pelos vinhedos, apresentação do processo vinícola, degustação dos vinhos, meios de hospedagem, restaurantes, entre outros. Todos estes se apresentam como alternativas de aumento da renda para o agricultor e seus familiares, que podem, inclusive, comercializar sua mão de obra para outros empreendedores. Outro ponto a ser ressaltado é que ao trabalhar com atividades não agrícolas, as dificuldades da sazonalidade e das intempéries climáticas são minimizadas, oportunizando um equilíbrio na renda econômica na área rural.

Mas e a relação do produtor com o produto, o alimento?

Se até então o agricultor produzia os alimentos que faziam parte de suas refeições diárias, com a implantação da atividade turística o alimento possui outra importância, alterada também pelas trocas culturais. Carneiro (2002) assinala que “essa busca, por parte dos habitantes das cidades, de um contato mais frequente e próximo com a natureza – idealizada – estimula o turismo que, por sua vez, introduz mudanças nos hábitos e práticas de vida das pequenas localidades” (p.226). A relação do agricultor com o alimento é uma destas mudanças, pois o resultado do trabalho com a terra será comercializado e não consumido pelo produtor e sua família. Cabe ressaltar que a prática turística em espaço rural não é a responsável por este processo, mas sim é consequência da baixa valorização dada ao campo. Para Graziano da Silva (2002), “o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (p.1).

Com isso, as necessidades da área rural e seus moradores não são mais as mesmas que em anos passados, pois estas também se transformaram. Se antes o agricultor familiar dedicava toda sua mão de obra e seu tempo para a produção agrícola, cultivando diversos produtos para sustento próprio, hoje esta característica é completamente diferente em muitos locais do País, principalmente nos destinos enoturísticos, onde o monocultivo – tendo na uva seu elemento – tornou-se predominante. E assim é com o entorno, pois o cenário aos poucos vai adequando-se para fazer a estrela maior brilhar: o vinho! Tal análise pode ser realizada na região da Serra Gaúcha, mas não pode ser generalizada para outras regiões brasileiras que estão desenvolvendo o enoturismo, como é o caso do Vale do São Francisco. O diferente contexto histórico de formação de cada local não produz os mesmos resultados; enquanto na região sul a produção vitivinícola foi sendo construída desde a vinda dos imigrantes italianos,

no século XIX – podendo assim ser vista como consequência – nos estados do Nordeste os locais de produção foram escolhidos de acordo com as condições de solo e climáticas. Dessa forma, a pluriatividade não é uma estratégia de sobrevivência, mas sim uma estratégia de mercado, que vai ao encontro de um segmento econômico identificado como enoturismo.

Figuras 1 e 2: Vinícola e café, exemplos da pluriatividade no Vale dos Vinhedos, RS .



Fonte: A Autora

Em pesquisa recente, Lavandoski *et al* (2012) identificaram que o turismo está se tornando uma nova fonte de renda para os agricultores do Vale dos Vinhedos, importante roteiro enoturístico no Rio Grande do Sul, incorporando serviços para disponibilizar aos turistas, objetivando incremento na renda da família. O êxodo é característica também na região e, apesar da existência destas novas frentes de trabalho, os jovens continuam deixando o local. As autoras alertam para a necessidade de planejamento devido a todas estas transformações:

Cabe aos moradores, junto aos empresários e poder público, a preocupação de que todo este processo não resulte em um mero arranjo econômico, pois caso os aspectos históricos e a importância cultural do vinho se perca neste emaranhado mercadológico, o Vale dos Vinhedos se tornará apenas mais um espaço de reprodução de capital e de especulação imobiliária – como tantos outros – onde as trocas por preço são mais importantes que as trocas de valores culturais (Lavandoski *et al*, 2012, p. 104).

Nas figuras 1 e 2 são identificadas algumas formas da pluriatividade em região enoturística, tanto no envolvimento com o processamento de matéria prima (no caso de indústria vinícola, na figura 1), quanto na comercialização de alimentos aos turistas (figura 2). Nestes casos a pluriatividade pode ocorrer a partir dos agricultores familiares ao implantarem os negócios voltados ao turismo, ou também quando o agricultor ou seus familiares deslocam sua mão de obra para trabalhar nestes locais. Dadas as transformações decorrentes das adaptações da família rural perante o cenário socioeconômico, o envolvimento com trabalhos não agrícolas tem se apresentado como um aliado para aumentar a renda do agricultor familiar. Dessa forma, a estratégia da pluriatividade pode ser encarada como eficaz para a sobrevivência econômica da família, no entanto, cabe questionar-se sobre a real contribuição para sua reprodução sociocultural, visto as alterações ocasionadas pelo turismo e sua incapacidade de atuar como agente contra o êxodo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os principais estudos sobre a pluriatividade na agricultura familiar estejam relacionados com as questões econômicas, as transformações socioculturais também

aparecem como resultado e não podem deixar de ser analisadas, visto que alteram profundamente o contexto rural e o estilo de vida até então desvalorizado. A capacidade do agricultor em superar dificuldades, faz com que este busque constantemente alternativas para continuar produzindo e alimentando-se. Aliar-se à natureza ou à cultura são formas para manter a reprodução socioeconômica. O crescimento das atividades não agrícolas tem se mostrado como uma das principais alternativas para o aumento nos rendimentos do agricultor familiar no Brasil, pressionado pelo resultado das ações políticas da década de 1980, a 'década perversa' a que Graziano da Silva (1996) referiu-se. A pluriatividade não fortalece a ideia do agricultor camponês, pelo contrário. Faz com que o agricultor se afaste das lidas essencialmente primárias, para se envolver com outras atividades, sejam na própria propriedade ou fora dela, comercializando a mão de obra.

Embora vista como estratégia do agricultor familiar e em muitos casos a salvação da lavoura, não estaria o agricultor caindo em uma *armadilha urbana* donde tem que gerar mais força produtiva para conseguir sobreviver, devido às *novas necessidades* do mundo rural? Constantemente o poder público incentiva a pluriatividade do agricultor, mas seria este o caminho para revalorizar o trabalhador rural? No caso do enoturismo, parece que quanto mais o agricultor familiar se envolve com atividades não agrícolas, maior é seu distanciamento da área rural, não apenas como local de trabalho, mas também de moradia. A relação com a gastronomia, que é importante atrativo nos roteiros enoturísticos torna-se mais comercial e menos cultural; o alimento é uma forma de sobrevivência econômica e não apenas de reprodução social. Imprimir características urbanas ao espaço rural conduz a uma transformação cujas consequências não podem ser imaginadas. No entanto, na constante busca pela permanência da atividade agrícola com mão de obra familiar, qualquer iniciativa tem sido bem vinda, reforçando a importância da produção de alimentos, mesmo que através de uma releitura do mundo rural com olhos do mundo urbano.

REFERÊNCIAS

- Anjos, F. S. dos. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: Egufpel.
- Beames, G. (2003). The rock, the reef and the grape: the challenges of developing wine tourism in regional Australia. *Journal of Vacation Marketing*, v.9, n.3, p.205-212.
- Brasil (1996). Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 18 set. 2012.
- Carneiro, M.J. (2002). Multifuncionalidade da agricultura: uma abordagem comparativa. In: Moreira, R.J.; Costa, F. de C. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Chayanov, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision SAIC.
- Dubrulle, P. (2007). *Lóenotourisme: une valorisation des produits et du patrimoine vitivinicoles*. Paris: Ministère de l'Agriculture et de La Pêche.
- FAO/INCRA. (1995). *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília.

Froehlich, J. M. (2002). Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/e3ce6e403a7bfd2ce2b9780d93eb00e2.pdf>.

Graziano da Silva, J. (2002). *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp.

Graziano da Silva, J. (1996). Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias dos anos 80. In: Graziano da Silva, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: Unicamp.

Graziano da Silva, J. & Del Grossi, M.E. (1998). A pluriatividade da agropecuária brasileira em 1995. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11.

Hall, M., Johnson, G. & Mitchell, R. (2004). Wine tourism and regional development. In: Hall, M. *et al. Wine tourism around the world: development, management and markets*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Kageyama, A. (1998) *Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais*. In: *Anais XXXVI Encontro Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas: Sober. v. 2, p. 555-556.

Kageyama, A. (2001). *Determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil*. Relatório parcial de pesquisa. Campinas, IE-Unicamp.

Lamarche, H. (1998). *Agricultura familiar - do mito à realidade*. Campinas: Unicamp.

Lavandoski, J., Tonini, H. & Barretto, M. (2012). Uva, vinho e identidade cultural na Serra Gaúcha (RS, Brasil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v.6, n.2.

Lignon-Darmaillac, S. (2009). *L'Oenotourisme en France: nouvelle valorization des vignobles – analyse et bilan*. Paris: Feret.

Ribeiro, A.B. & Silva, P.S. (2006). *Ensaio sobre as novas tipologias no rural brasileiro: o turismo rural no contexto da pluriatividade*. *Revista Dialogando no Turismo*, v.2, n.1, p.26-46.

Schneider, S. (2005). A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: Botelho Filho, F.B. (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural*. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

Veiga, J.E. (2005) A relação rural/urbana no desenvolvimento regional. In: Botelho Filho, F.B. (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural*. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.